

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Geraldo Brigante Miranda

**CRIAÇÃO DE GRÊMIO ESTUDANTIL EM ESCOLA MUNICIPAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL**

SANTA CRUZ DO SUL

2015

Geraldo Brigante Miranda

**CRIAÇÃO DE GRÊMIO ESTUDANTIL EM ESCOLA MUNICIPAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC apresentado ao programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-FACED, como requisito ao título de Especialista em Gestão Educacional, do Programa Nacional de Gestores da Educação Básica/MEC, orientado pelo Professor Alexandre Silva Virginio.

Santa Cruz do Sul

2015

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido e as ações colocadas em prática através do Projeto de Intervenção do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental que esta localizada na periferia da cidade de Encruzilhada do Sul/RS, no final de 2014 e durante o ano letivo de 2015, com o foco de criar o Grêmio Estudantil desta escola. Tais ações foram desencadeadas na intenção de intervir no processo educacional com a participação dos alunos, com a consolidação da Gestão Democrática na escola, atender o Projeto Político Pedagógico e com a construção de uma escola mais democrática, mais solidária, mais cidadã. Entre os principais objetivos do Projeto de Intervenção procurou-se o desenvolvimento de valores associados à formação integral dos alunos. Os principais autores que serviram de referência às análises realizadas neste relatório foram: Arroyo (1997), Freitas (2009), Haje (1992), Dubet (2004), Vieira (1998), Cury (2007), Comerlatto (2013), Paro (2005), Gadotti (2004). Metodologicamente valemo-nos dos aportes da pesquisa-ação. Como técnicas de pesquisa, destaque-se o uso do questionário e de reuniões. Tais técnicas permitiram apreender o interesse e conhecimento dos alunos sobre Grêmio Estudantil. Também através de reuniões com os demais segmentos da escola ficou evidente o interesse em criar o Grêmio Estudantil nesta escola. Então foi criada uma comissão provisória que está trabalhando na elaboração dos Estatutos da Entidade, na assembléia que irá aprová-lo e a primeira eleição da Diretoria. Os trabalhos estão sendo realizados lentamente, porque nem sempre todos estão presentes, mas temos a previsão de concluí-los no mês de novembro/2015.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Grêmio Estudantil. Participação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 UMA ESCOLA PARA AS CAMADAS POPULARES.....	7
2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA.....	10
2.3 ELEMENTOS DA HISTÓRIA DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS.....	14
2.4 O PROTAGONISMO JUVENIL.....	16
2.5 O PAPEL DO DIRETOR NA GESTÃO DA ESCOLA.....	18
3 METODOLOGIA	22
4 AÇÕES ANALISADAS	25
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	29
REFERÊNCIAS	31
ANEXOS	33
ANEXO A – Lei Federal nº 7.398, de 4 novembro de 1985.....	34
ANEXO B – Lei Estadual nº 8.661, de 28 de junho de 1988.....	35
APÊNDICE – Instrumento de coleta de dados sobre a criação do grêmio estudantil	36

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como principal objetivo aprofundar a análise das ações colocadas em prática em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da periferia da cidade de Encruzilhada do Sul/RS a partir do Projeto de Intervenção do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A escola encontra-se inserida em uma comunidade de periferia, próxima de uma vila com famílias carentes e desestruturadas (famílias numerosas, com filhos provenientes de relacionamentos diversos, quase sempre com grau de parentesco entre si), os pais possuem baixo nível de escolaridade, com ensino fundamental incompleto o que remete a trabalhos temporários e baixa remuneração. Para Freitas (2009) “Uma família organizada (ou estruturada) não é necessariamente aquela em que exista a figura biológica do pai e da mãe, mas sim aquela em que as funções sociais de pai e mãe sejam preenchidas, independentemente do vínculo com a criança”.

Alunos desmotivados e com distorção idade/ano, quando chove não tem condições de vir à escola devido a falta de agasalho apropriado e pelas condições das ruas da vila onde moram. Não são incomuns casos de evasão nos anos finais, devido a gravidez na adolescência ou por casamentos precoces (13/14 anos). Os alunos também evadem para ir trabalhar.

Para estudo do referencial teórico sobre o tema Grêmios Estudantis e participação democrática na escola também foram utilizados vários autores que amparam as análises das ações e foram selecionados considerando suas concepções.

A reflexão que envolve o tema de gestão democrática demanda, naturalmente, tratar das questões da participação e do trabalho coletivo. Vivemos em uma sociedade que se diz democrática nas decisões e nas ações. A averiguação

da realidade suscita alguns questionamentos e reflexões sobre a democratização nas relações administrativas cotidianas, formalmente garantidas por lei.

A gestão democrática na escola, contemplada como exigência no Projeto Político Pedagógico, na Constituição Federal, assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, presume que as relações de poder dentro das instituições de ensino devam gerar integração, cooperação e participação. Para isso as propostas precisam ser construídas e reconstruídas pelas próprias pessoas envolvidas com a escolarização.

Neste contexto, as pessoas envolvidas são todas aquelas que fazem parte da comunidade escolar: alunos, pais, professores, pedagogos, funcionários, os quais muitas vezes são representados pelos colegiados, sejam eles APM, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil, Conselho de Classe.

É com este intuito, que ações foram desencadeadas na escola no sentido de intervir no processo educacional com a participação dos alunos na consolidação da gestão democrática, para atender o Projeto Político Pedagógico e com a construção de uma escola mais democrática, mais solidária e mais cidadã.

A escolha pelo tema de criar o Grêmios Estudantil da Escola foi porque alguns alunos já haviam mostrado interesse e a Equipe Diretiva da Escola apoiou a ideia. Também havia no Plano de Ação do PDE/FNDE da Escola este item como ação para melhorar o índice do IDEB.

Por isso, a criação do Grêmios Estudantil como tema do Projeto de Intervenção tem como objetivo procurar o desenvolvimento de valores que possibilitem a formação integral dos alunos. Propiciar uma série de atributos como a vinculação com ideais coletivos em detrimento aos valores individuais, liderança, boa articulação de ideias e pensamento crítico. Também os alunos poderão participar na escola desenvolvendo atividades culturais e esportivas nos momentos de comemorações que fazem parte do calendário de eventos do ano letivo: terão responsabilidades e organizarão debates sobre assuntos de interesse dos alunos

com temas muito próprios à cultura e vida cotidiana dos jovens; poderão organizar reivindicações de questões que os alunos sentirem necessidade.

A utilização da pesquisa-ação possibilitou a abordagem da metodologia e pesquisa, abordada qualitativamente. Na busca de respostas a alguns questionamentos sobre a perspectiva da gestão democrática e a importância do Grêmios Estudantil no contexto educacional, visando a execução do Projeto de Intervenção, realizamos uma pesquisa no final do ano letivo de 2014. Em fevereiro de 2015 realizamos reuniões dos segmentos. Foi formada uma comissão provisória para refletir sobre a criação do Grêmios Estudantil e elaborar os Estatutos da Entidade.

O texto é composto de quatro seções. O capítulo Referencial Teórico aborda a escola necessária e possível para as camadas populares, a dimensão política e pedagógica da gestão escolar, os elementos da história dos Grêmios Estudantis, o Protagonismo Juvenil e o papel do diretor na gestão da escola. No capítulo Metodologia são apresentadas as principais ações desenvolvidas e a pesquisa-ação como principal instrumento para o desenvolvimento do trabalho. O capítulo Análise das Ações apresenta as metas estabelecidas no Projeto de Intervenção, analisando-as e confrontando-as com os autores que subsidiaram o trabalho. Nas Considerações Finais são registrados os resultados alcançados, as principais ações que foram e serão ainda colocadas em prática na busca do aprimoramento daquilo que foi proposto no Projeto de Intervenção.

Podemos dizer que a ação visa favorecer a intensificação da participação e perseguir a qualidade da educação. Procurar fazer a gestão da escola uma ferramenta a favor da experimentação democrática, estimular e oportunizar situações aliançadas ao conceito de cidadania, conforme prevê o Projeto Político Pedagógico da Escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Vários autores serviram de base legal e teórica para o desenvolvimento deste trabalho e para o aprofundamento da análise das ações que foram desencadeadas na escola a partir do Plano de Intervenção e em consonância com o Projeto Político Pedagógico. Foram selecionados considerando suas concepções de Gestão Democrática na Escola, que corroboram as orientações do Curso de Especialização em Gestão Democrática.

2.1 UMA ESCOLA PARA AS CAMADAS POPULARES

As intervenções necessárias em uma escola de periferia precisam amparar-se essencialmente nos pressupostos teóricos que apontam para uma escola específica; não qualquer uma delas. Qual a escola necessária para as camadas populares? Arroyo (1997, p. 15), aborda a questão, afirmando que

Partimos [...] do pressuposto de que não será qualquer escola que atenderá aos interesses das classes populares. As questões centrais passam a ser estas: que escola será realmente um serviço aos interesses de classe dessas camadas? Na configuração dessas questões não pretendemos cair em construções imaginárias, mas ir ao cotidiano da prática escolar, descobrir pistas, ciladas ou até becos sem saída. Mas que prática privilegiar?

Apesar do discurso oficial veiculado nos meios de comunicação nas últimas décadas, garantindo acesso e permanência na escola para todos, o que se vem constatando no Sistema Educacional Brasileiro é a utilização cada vez mais efetiva da escola para manutenção do *status quo*, reproduzindo a divisão de classes na sociedade e contribuindo para a desigualdade entre elas.

Conforme pesquisa da UNICEF (2007) se explicita alguns motivos que levam alunos e alunas de escolas das camadas populares a evadirem. Entre as meninas

que pararam de estudar (33%), o principal motivo para abandono escolar é a gravidez (26%). Essa motivação para deixar a escola é mais frequente nas regiões norte e nordeste - 17% e 18% respectivamente, enquanto a média é de 13% - e nos grupos de menor poder aquisitivo - 18% nas classes D e E e 5% nas classes A e B. Os motivos que levam os jovens adolescentes a abandonar a escola apresentam relativa variação segundo a raça/cor. A necessidade de trabalhar também é mais presente entre os moradores de municípios pequenos (28%) e nas classes de menor poder aquisitivo - 26% nas classes D e E (UNICEF, (2007).

Na realidade, as oportunidades de escolarização oferecidas apresentam-se diferenciadas quanto à qualidade do ensino para as diferentes classes sociais. Conforme Freitas (2009) esta condição de caráter extremamente seletivo vem deste a organização social da Colônia.

Merece destaque a referência feita por Haje (1992, p.2) sobre as aptidões das pessoas. Segundo ele,

[...] estas não são na prática fruto de características inatas, mas um produto de suas relações sociais, combinadas com a oferta de condições materiais mínimas de vida que assumem características próprias, determinadas pela classe social a que o indivíduo pertence.

Percebe-se, portanto, que as condições materiais, econômicas e sociais das camadas populares têm impedido seu desenvolvimento escolar e social, tendo em vista que a economia capitalista privatiza os meios de produção nas mãos de uma minoria privilegiada, justificando as desigualdades sociais como resultantes de diferenças de ordem intelectual. Segundo François Dubet (2004): as desigualdades sociais pesam muito nas desigualdades escolares; quanto mais favorecido o meio do qual o aluno se origina, maiores serão suas possibilidades de aceder a uma educação melhor, mais diplomas ele poderá e a escola meritocrática legitima as desigualdades sociais.

Tal fato revela o papel ideológico assumido pela educação ao dissimular seus mecanismos de discriminação, atraindo para si preocupações de setores da

sociedade que passam a ver a escola como instrumento para superar as injustas condições materiais das camadas populares, “livrando com isso as críticas à ordem econômica que produz e reproduz essas condições”. (HAJE, 1992,p.2) .

Entretanto, as contradições subjacentes a esse processo nos têm revelado que

[...] a escola não é um feudo da classe dominante; ela é um terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada. Ela é terreno em que se defrontam as forças de progresso e as forças conservadoras. O que se passa na escola reflete a exploração e a luta contra a exploração. Ela é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, mas também é ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação. (HAJE, 1992, p. 2).

Em uma análise que aprofunda as questões relativas à escola que temos e aquela que poderá servir aos interesses das camadas populares, Arroyo (1997) sugere a utilização de experiências pedagógicas alternativas que acontecem fora da escola oficial e lições das experiências de educação popular realizadas no país, enfatizando que tais podem representar uma pista para “encontrar alguns traços da escola possível para o povo”. (ARROYO 1997, p. 16).

É necessário saber que a luta por uma escola pública, gratuita, democrática e de boa qualidade depende de um projeto de transformação da sociedade e de mudanças específicas no interior da escola. Também é preciso que sejam estabelecidos pressupostos objetivos que fundamentem concepções pedagógicas que atendam aos anseios das camadas populares e que lhes sirvam de instrumento para a libertação da opressão imposta pelas estruturas sociais.

Ao propor transformar radicalmente a escola que temos hoje, o autor afirma que não é admissível a utilização de velhas fórmulas pedagógicas e organização escolar para ensinar conteúdos que se prestem aos interesses das classes subalternas em ascensão, nem tampouco a distribuição equitativa dos bens culturais e o saber sistematizado ou ainda a adoção de medidas para reduzir os índices de evasão e repetência.

Não será possível ensinar para a participação, desalienação e libertação de classe com os mesmos livros didáticos, a mesma estrutura e a mesma relação pedagógica com que se ensinaram a ignorância e a submissão de classe. (ARROYO, 1997, p. 20).

Das concepções de Miguel Arroyo, depreende-se que o surgimento de uma nova escola, capaz de oferecer aos alunos das camadas populares uma educação possível e conveniente para eles, passa pela alteração de velhas estruturas, alteração de currículos, atendimento às diferenças individuais, novas metodologias e, especialmente, pelo equacionamento dos problemas decorrentes da escola que vem fracassando em seu papel.

A escola pretendida, que possa atender às expectativas das camadas populares, precisa estar atenta às transformações sociais e estruturada sob os princípios da participação, da democracia e do respeito aos direitos dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

O conceito de democracia que embasa as análises é a coletivização das decisões. A democracia não constitui um estágio, ela constitui um processo. O processo pelo qual a soberania popular vai controlando e aumentando os direitos e os deveres, implicando avanço muito grande dentro da sociedade. Quanto mais coletiva é a decisão, mais democrática ela é. Qualquer conceito de democracia importa em grau crescente de coletivização das decisões (VIEIRA, 2001).

Wood (2003) enfatiza a defesa da sua tese, de que a democracia é incompatível com o capitalismo, pois o desafio da democracia é o governo do povo e pelo povo, e desta ideia se exclui na prática e se fragiliza, diante do capitalismo, que na sua essência é incompatível com a democracia. Pensar a democracia também como uma categoria econômica é uma possibilidade de desvelar a tendência oculta da relação de exploração e de dominação existente na sociedade, sob a égide da

própria democracia. Esta separação entre o político e o econômico talvez seja o mecanismo mais eficiente de defesa do capitalismo, de ocultar a essência da democracia de um governo de classes.

A luta pela democratização da sociedade também era parte do processo de democratização da educação. Conforme Cury (2007) que diz:

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (Brasil, 1988, art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade democrática. (CURY, 2007, p.12).

Dessa forma, a Gestão Democrática não é apenas um meio, mas um fim a alcançar, tendo em vista os princípios da democracia.

A legislação é uma importante referência para os processos democráticos, pois apresenta os princípios de igualdade, liberdade, participação, autonomia e qualidade. Segundo a CF de 1988 (art. 205/206, inciso I a VII), o ensino público terá como princípio a Gestão Democrática e a garantia de qualidade, sendo a educação brasileira definida como

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL CF/88).

Da mesma forma. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, no artigo 14, indica que os sistemas de ensino definirão as normas de Gestão Democrática do ensino.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Contudo, de acordo com Comerlatto (2013), mesmo que a lei tenha garantido e os governos tenham efetivado a Gestão Democrática, independentemente da instância, União, Estados ou Municípios, é necessário que toda a comunidade escolar, por meio de associações, de espaços coletivos, lute para a efetivação desse direito, pela ampliação da consciência em relação a esse princípio, enquanto mola propulsora do exercício da democracia. Pois, a Gestão Democrática é uma forma de gerir a educação, pautada na participação da sociedade, na sua diferença, baseada no conceito de totalidade.

E, para isso, no espaço escolar, é necessário, segundo Paro (2008),

[...] conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e funcionamento. É nesse contexto de identidade coletiva e de participação direta que a escola terá forças para [...] pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e recursos. (PARO, 2008, p. 12).

Mas esta participação nem sempre é algo simples. No caso da participação escolar, é preciso, segundo Paro “[...] o provimento de condições para que os membros das camadas exploradas participem da vida escolar.” (PARO, 2008, p.13).

A autonomia administrativa refere-se à condição de a escola gerir seu projeto de gestão em consonância com as relações entre o sistema educativo e a comunidade escolar. Este espaço está aberto para a efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola.

Na gestão democrática vamos ter em mente a missão e o papel de cada segmento na escola, por isso, iremos construir espaços democráticos, como a APM ou CPM, o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil. Esses órgãos colegiados são formados dentro da escola pelos segmentos que compõem a comunidade escolar e podem alcançar força representativa nos processos deliberativos do ambiente escolar. A escola vai funcionar com trabalho conjunto, numa construção coletiva.

Para tanto, é fundamental que se tenha clareza em relação à participação:

[...] No âmbito da unidade escolar, esta constatação aponta para a necessidade da comunidade participar efetivamente da gestão da escola de modo a que esta ganhe autonomia [...]. Não basta, entretanto, ter presente a necessidade de participação na escola. É preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade. (PARO, 2005, p.40).

A participação dos estudantes no Grêmio Estudantil propiciaria aos jovens, segundo seus proponentes, ao longo de sua trajetória, uma série de atributos, como por exemplo: a vinculação com ideais coletivos em detrimento aos valores individuais, liderança, boa articulação de ideias e pensamento crítico. Essa participação dos estudantes na vida escolar é vista como uma forma de democratizar a gestão, cumprindo sua função e

[...] tornando-se um espaço pedagógico atraente e desafiador para os jovens, de modo a favorecer seu progresso intelectual, social e afetivo, e, ainda um espaço democrático, confiável e culturalmente rico para pais e para a comunidade, com vistas a um intercâmbio fecundo entre a escola e o seu entorno. (FERRETTI, ZIBAS, TARTUCE, 2004, p.2).

O Grêmio Estudantil “[...] deve representar os estudantes, defender seus direitos, estreitar a comunicação dos alunos entre si e com a comunidade escolar, promovendo atividades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.” (GALINA;CARBELLO, s/d, p.18).

Por isso, é importante o envolvimento, o comprometimento e a participação efetiva dos alunos, através de grêmios estudantis.

2.3 ELEMENTOS DA HISTÓRIA DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

Conforme dados da Cartilha de Formação de Grêmios Estudantis da União dos Estudantes de Encruzilhada do Sul – UEES (BRASIL, 2011) onde temos o relato de fatos sobre o histórico dos Grêmios Estudantis, o movimento estudantil nos anos 60 do século passado teve um momento de grande efervescência política e cultural, assim como todo o conjunto dos movimentos sociais. Na década anterior, a participação expressiva dos estudantes e o apoio de diversos setores da sociedade garantiram vitórias importantes como a criação da Petrobrás por meio da campanha “O Petróleo é Nosso”.

Neste período, o entusiasmo, a agitação e a participação política e cultural da juventude repercutiam em todo o país. Na primeira metade desta década, o CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE realizou mostras de teatro, apresentações musicais, exibições de filmes, que foram levadas para todo o país pela Caravana da UNE, que percorreu do sul ao norte do Brasil.

Em 1961 iniciava o governo de João Goulart, o qual implantou diversas medidas progressistas, limitou a remessa de capital para o exterior, nacionalizou empresas de comunicação e decidiu rever as concessões para exploração de minérios.

Uma das propostas que gerou maior repercussão foram as Reformas de Bases, que entre diversas, estava a “Reforma Universitária”, a qual os estudantes apoiaram em massa.

Todas estas ações, unidas ao medo que as elites tinham das esquerdas na América Latina, sob o contexto da Guerra Fria, no qual tinha ocorrido a Revolução Cubana em 1959, levou a direita brasileira com financiamento do governo dos EUA e treinamento da CIA a realizar o golpe de 1964. No qual todas as organizações

estudantis foram colocadas na ilegalidade, a sede da UNE foi saqueada, incendiada e posteriormente demolida.

Em 1969 a ditadura lança o AI-5, iniciando os anos de chumbo, em que milhares de estudantes desapareceram, foram torturados ou morreram. Vinte anos após o Golpe, sob uma ditadura sangrenta e assassina, a sociedade luta por democracia, pelo direito de escolher o presidente e decidir o futuro da nação. Sob este espírito que nasce a campanha pelas “Diretas Já”, os maiores comícios contaram com um milhão de pessoas, no Rio, e 1,5 milhões de pessoas em São Paulo.

A pressão da sociedade garantiu grandes vitórias: em 1985 retorna o poder civil, em 1988 é redigida uma nova constituição e em 1989 acontece a primeira eleição após o golpe.

Em 1989, com a manipulação realizada pela grande mídia, Fernando Collor de Melo, candidato dos ricos e das multinacionais, é eleito presidente. Muito cedo os brasileiros descobriram o estrago que seria feito: logo nos primeiros 15 dias de mandato, congela a poupança de toda a nação com o argumento de conter a inflação. (Porém, a inflação e a recessão econômica foram monstruosas). Collor inicia a privatização de importantes setores da economia, vendendo as principais empresas estatais estratégicas do país, política que vergonhosamente FHC daria continuidade posteriormente.

Em 1992, Pedro Collor, irmão de Fernando Collor, já estava em fase terminal de câncer cerebral e denuncia um gigantesco esquema de corrupção. Instala-se uma CPI no Congresso Nacional que reúne provas e confirma o esquema.

A UNE e a UBES convocam grandes manifestações. Eram os “Caras Pintadas” que pediam o impedimento de Collor. No início os grandes meios de comunicação abafaram e não mencionaram as manifestações, porém estas continuavam a crescer. Por fim, a grande mídia se viu obrigada a parar de ignorar os

acontecimentos no país e a publicá-los. Em 29 de dezembro de 1992, os estudantes tiram Collor do poder.

O Grêmio Estudantil é um espaço de representação dos alunos na escola; um instrumento que os estudantes possuem para expressar suas reivindicações, e também um espaço de lazer, sociabilidade e política. Segundo Vasconcellos (2002), a partir dos anos 80 do século XX, a escola vai constituindo-se num espaço importante em termos de efetivação das políticas educativas. Ela reforça sua autonomia como uma organização com identidade e cultura próprias dentro de um contexto social específico. No Brasil, o Grêmio Estudantil tem suas raízes nos movimentos estudantis fortalecidos por volta da década de 1960. Para garantir o direito de organização na escola, foi preciso uma lei, a lei federal nº 7398/85 que representou um ganho democrático para o processo educativo do aluno. Isto porque criou a possibilidade, através da organização estudantil, de uma maior interação dos discentes com a escola, apesar de serem instituições que sofrem intervenções e controle sobre o seu funcionamento por parte do governo.

2.4 O PROTAGONISMO JUVENIL

Os jovens têm uma tendência natural a se agruparem. São idealistas e, em geral, apaixonam-se pelas grandes utopias e ideais sociais e culturais. Imersos num contexto difícil e até hostil do mundo de hoje, os jovens, de maneira geral, precisam ser ajudados a encontrar um sentido para suas existências, necessitam ser encorajados a formular um projeto para suas vidas, carecem aprender o caminho da autonomia e da cidadania participativa. No momento esta pode ser a missão mais importante de todas as instituições educativas da nossa sociedade. Mas como ajudar nossos jovens? Por onde as escolas devem começar? A discussão de políticas públicas de juventude aparece como uma forma extremamente positiva de envolvimento no processo político formal. Esse caminho leva os jovens ao contato

com os procedimentos e as formas de fazer política institucional, e isso pode ampliar a participação em outras áreas da política também (UNICEF/2007).

O caminho que conduz a autonomia é longo e até que o jovem consiga formular para si um projeto de vida, ele precisa aprender a crer em si mesmo, em suas capacidades e potencialidades e também a reconhecer as suas limitações. Além disso, ele necessita passar por experiências que o ajudem a se conhecer, a identificar suas forças e tendências, a identificar o papel que deseja ocupar na coletividade. É nesse ponto que se inserem os grupos e organizações juvenis.

Para GOMES (2000) o incentivo ao Protagonismo Juvenil é a solução. O termo protagonismo é usado para referir-se ao agente principal de uma determinada ação. Entretanto, esse autor trabalha com a ideia mais ampla de protagonismo, entendendo-o como a participação do adolescente em atividades que extrapolam o âmbito dos seus interesses familiares e individuais e que podem ter como espaço a escola, a vida comunitária, até mesmo, a sociedade em sentido mais amplo, por meio de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização, com o objetivo de ajudar ou promover a solução de problemas reais existentes em cada um desses espaços. Para ele, a escola é a primeira etapa do ingresso dos jovens na esfera pública e, portanto, o ponto de partida necessário e fundamental para o envolvimento dos adolescentes nas questões de interesse coletivo.

A partir da escola as ações de protagonismo podem se espalhar pelo entorno comunitário da escola, pela cidade, pelo país, pelo mundo. Quando o adolescente decide problematizar e interferir em questões que, à primeira vista, não diz respeito a pessoa de sua idade, ele está, de maneira efetiva, dando seus primeiros passos no rumo do Protagonismo Juvenil.

Costa (2001, p.9) utiliza o termo para designar “a participação de adolescentes no enfrentamento de situações reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla”, concebendo-o como um método de trabalho cooperativo fundamentado na pedagogia ativa, “cujo foco é a criação de espaços e condições

que propiciem ao adolescente empreender ele próprio a construção de seu ser em termos pessoais e sociais” (COSTA, 2001, p. 9)

2.5 O PAPEL DO DIRETOR NA GESTÃO DA ESCOLA

Na gestão democrática, existem alguns mecanismos de participação que são fundamentais para a sua efetivação. É fundamental que a escola possa, pela sua função social, ser um espaço de sociabilidade e socialização do conhecimento e também de inserção dos sujeitos nas relações sociais.

Necessário se faz que se tenha claro que o fato da Gestão Democrática pressupor participação não significa que a mesma irá resolver os problemas do Estabelecimento de Ensino.

Neste sentido é colocado por Gadotti e Romão (2004, p. 92), que não podemos pensar que a gestão democrática resolverá todos os problemas de Ensino ou da Educação “[...] mas a sua implementação é, hoje, uma exigência da própria sociedade que a enxerga como um dos possíveis caminhos para a democratização do poder na escola e na própria sociedade”.

Ainda para este mesmo autor:

Outro aspecto que merece destaque neste trabalho é o fato de que a atual prática gestonária nas escolas acaba exigindo dos diretores uma dedicação maior, e às vezes plena, às questões administrativas, obrigando-os a tornar secundário o aspecto mais importante de sua atuação, ou seja, a sua responsabilidade em relação a questões pedagógicas e propriamente educativas, que se reportam à sociedade como um todo, e, especificamente à sua comunidade escolar. (GADOTTI e ROMÃO, 2004, p. 92).

Ao falarmos sobre relação de poder, temos que abordar a autoridade no interior da escola, no sentido de que a mesma seja um mecanismo para possibilitar

o funcionamento e a autonomia da escola. Em relação a isso, temos a seguinte abordagem de Paro:

Mas, se a transformação da autoridade no interior da escola for entendida como uma quimera, se a participação efetiva das camadas trabalhadoras nos destinos da educação escolar for uma utopia no sentido apenas de sonho irrealizável, e não no sentido que falando de escola como algo que possa contribuir para a transformação social e, definitivamente, devemos deixar cair as máscaras e as ilusões com relação à escola que aí está e partir para outras soluções, ou então cruzar os braços e esperar passivamente que os grupos dominantes, por meio de suas “reformas” e acomodações” de interesses, continuem nos fazendo engolir as soluções paliativas dos que os mantêm permanentemente no poder. (PARO, 2005, p.14).

É imprescindível abordarmos os espaços de ação colegiada no Projeto Político Pedagógico (APMF, Conselho Escolar, Conselho de classe e Grêmios Estudantil), como um mecanismo que pode fazer a diferença. Assim, as tarefas do dirigente escolar deve ser de implementação das propostas do PPP da qual ele e sua comunidade escolar também fazem parte.

Segundo esta visão, para os que se propõem assumir a direção escolar, deve desenvolver um conjunto de competências, tais como apoiar as equipes de trabalhos, manter bom relacionamento com as pessoas envolvidas direta e indiretamente no processo escolar, incentivar a formação continuada e administrar os recursos físicos, materiais e patrimoniais. Ou seja, o diretor deve coordenar e assumir no grupo o compromisso para que a escola funcione no trabalho conjunto, numa construção coletiva.

Para tanto, é fundamental que se tenha clareza em relação à participação:

[...] No âmbito da unidade escolar, esta constatação aponta para a necessidade da comunidade participar efetivamente da gestão da escola de modo a que esta ganhe autonomia [...]. Não basta, entretanto, ter presente a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade. (PARO, 2005, p.40).

A gestão escolar não se reduz apenas a dimensão técnica, mas também como ato político, pois implica em tomada de decisões dos envolvidos (pais, alunos,

professores, funcionários). A gestão democrática presume uma construção coletiva que pressupõe discussão e participação nas tomadas de decisões, nas formas de organização e gestão, mecanismos de distribuição de poder, etc.

Cabe ao gestor possibilitar abertura para participação assim como cabe aos envolvidos uma participação mais efetiva. É preciso que na organização do trabalho se busque pela autonomia, isto é, que a escola construa o seu próprio projeto político-pedagógico, que se tenha abertura, um canal de participação, que exista a transparência administrativa, a democratização das informações e que seja feita avaliação permanente do desempenho escolar.

Necessário se faz novas formas de organização e efetivação das ações. Que sejam cultivadas relações que valorizem normas de convivência, que sejam respeitados limites individuais e coletivos, que a escola seja uma construção dinâmica pautada num trabalho coletivo primando pela função social, tendo o diretor como articulador, mediador e facilitador neste processo, pois, em relação ao sistema hierárquico e a relação de poder, conforme colocado por Paro:

O que nós temos hoje é um sistema hierárquico que pretensamente coloca todo o poder nas mãos do diretor. Não é possível falar das estratégias para se transformar o sistema de autoridade no interior da escola, em direção a uma efetiva participação de seus diversos setores, sem levar em conta a dupla contradição que vive o diretor da escola hoje. Esse diretor, por um lado, é considerado a autoridade máxima no interior da escola, e isso, pretensamente, lhe daria um grande poder e autonomia; mas, por outro lado, ele acaba se constituindo, de fato, em virtude de sua condição de responsável último pelo cumprimento da Lei e da Ordem na escola, em mero preposto do Estado. Esta é a primeira contradição. A segunda advém do fato de que, por um lado, ele deve deter uma competência técnica e um conhecimento dos princípios e métodos necessários a uma moderna e adequada administração dos recursos da escola, mas, por outro lado, sua falta de autonomia em relação aos escalões superiores e a precariedade das condições concretas em que se desenvolvem as atividades no interior da escola tornam uma quimera a utilização dos belos métodos e técnicas adquiridas [...]. (PARO,2005.p.11.).

Assim, o papel e a atuação do diretor no contexto educacional é contraditório e difícil. Além das determinações prescritas pelo Estado, que deve cumprir como responsável pela instituição, ele deve ter competência técnica, o que nem sempre é garantido na sua formação, mesmo havendo uma legislação específica para este fim. Mas uma coisa é certa, o diretor deve ser o mediador para que na soma dos

esforços, possa, com a comunidade, implantar e desenvolver práticas e ações compartilhadas, que contribuam para as decisões coletivas que fortaleçam participação efetiva da comunidade. Assim, poderemos efetivar a sonhada e utópica gestão escolar democrática.

3 METODOLOGIA

A utilização da pesquisa – ação adotada no desenvolvimento do Projeto de Intervenção partiu do pressuposto de que ela, no caso em questão, significa “[...] uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos”. (TRIPP, 2005, p. 445).

O autor refere ainda que:

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação. (TRIPP, 2005, p. 445).

A utilização da pesquisa-ação possibilitou a abordagem das concepções teóricas sobre essa metodologia e a pesquisa, abordada qualitativamente, prestou-se a um trabalho voltado para o processo em si, sendo os resultados consequência deste, sendo enfatizada a participação e a mudança.

Se a pesquisa-ação tem como principais objetivos a participação e a mudança, então a avaliação deste trabalho deverá, segundo Thiollent (2003), implicar em momentos distintos que envolvam a solução ou controle do problema que motivou o projeto, a melhoria do processo de democratização no grupo e aprendizagem dos participantes e o desenvolvimento de resultados que apontem as mudanças no grupo.

Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2003, p. 16).

Considerando que todo o trabalho foi desenvolvido coletivamente e que seu sentido reside justamente no envolvimento de todos os sujeitos na busca de soluções, a pesquisa-ação apresentou-se como um valioso instrumento para a sua realização.

Na busca de respostas a alguns questionamentos sobre a perspectiva da gestão democrática e a importância do Grêmio Estudantil no contexto educacional, optamos por uma pesquisa, na qual foram aplicadas técnicas de interrogação a partir de entrevistas individuais envolvendo alunos da escola. Foi aplicado questionário, disponível no apêndice, com perguntas a 57 alunos da escola. Questões como “você sabe o que é um Grêmio Estudantil?, se conhece alguma escola onde tem o Grêmio Estudantil?, se acha importante termos o Grêmio Estudantil em nossa escola? e se gostaria de participar do Grêmio Estudantil?”.

A pesquisa realizada teve a intenção de obter indicadores que contribuíssem como referencia acerca do conhecimento e interesse dos alunos sobre a criação do Grêmio Estudantil na escola. O objetivo final era o de entendermos se teríamos a participação dos alunos após a criação do grêmio e se eles saberiam organizar o Grêmio Estudantil, considerando que a escola é um espaço para a prática democrática.

No primeiro momento – para a realização da pesquisa, foi feito o contato com a direção da escola, a qual foi apresentada as finalidades do trabalho. Posteriormente foi apresentada a mesma informação aos alunos. No segundo momento – foram elaboradas as questões e como seriam apresentadas aos alunos. Já no terceiro momento realizaram-se os questionamentos com as pessoas envolvidas, objetivando captar o entendimento das mesmas em relação ao assunto tratado. No quarto momento – foi realizada a análise dos fenômenos coletados. Com o seguinte resultado: dos 57 alunos consultados, 43 alunos disseram saber o que é um Grêmio Estudantil, apenas 9 conheciam outras escolas que tinham GE, 55 acharam importante ter o GE em nossa escola e 33 gostariam de participar do GE.

Durante o processo, procurou-se garantir a representatividade do segmento envolvido diretamente na dinâmica, tendo sido atingido o objetivo que fora previsto.

Com os dados coletados em mãos e pela observação direta, o trabalho de análise foi iniciado, embasado no referencial teórico adotado. Para isso, realizamos uma palestra com uma pessoa que trabalhou em movimentos estudantis e tem experiência com Grêmios Estudantis, União de Estudantes a nível municipal e estadual. Fizemos reuniões com outros segmentos que acharam interessante termos o Grêmio Estudantil de nossa escola.

O próximo passo foi escolher uma comissão provisória que estudou como organizar o Grêmio Estudantil através da “Cartilha de Formação de Grêmio Estudantil” da União dos Estudantes de Encruzilhada do Sul (UEE) e elaborou seu estatuto, que deverá ser levado para aprovação em Assembléia dos alunos e depois realizar a eleição da 1ª diretoria da entidade.

4 AÇÕES ANALISADAS

A escola é um espaço de encontro de pessoas com ideias, conflitos, diferenças e convivência dessas diferenças, onde é possível discutir a construção da democracia. Para construirmos esta democracia é necessário criar espaços para que estas pessoas se organizem para reivindicar os direitos de seus segmentos através de entidades ou associações. O Grêmio Estudantil é o órgão que representa o corpo discente da escola. Ele deve representar a vontade coletiva dos estudantes e promover a ampliação da democracia, desenvolvendo a consciência crítica. Conforme orientações das organizações estudantis, espera-se que o Grêmio Estudantil possa representar os estudantes, defender seus direitos, estreitar a comunicação dos alunos entre si e com a comunidade escolar, promovendo atividades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais. Assim deve ser o Grêmio Estudantil, um espaço privilegiado para empreender o espírito democrático e desenvolver a ética e a cidadania na prática.

A escolha pelo tema de criar o Grêmio Estudantil da Escola foi porque alguns alunos já haviam mostrado interesse e a Equipe Diretiva da Escola apoiou a ideia. Há na escola um espaço que deve ser ocupado pelos estudantes, onde eles possam, exercendo sua cidadania, colaborar e melhorar a sua comunidade. O Grêmio Estudantil pode constituir-se laboratório de ricas experiências socializadoras, promovendo e aglutinando, como representação estudantil, ações que expressem os anseios e interesses dos alunos, participando da construção de uma escola de qualidade. A escola tem muito a ganhar com a organização do Grêmio Estudantil que, valendo-se das lições da história, e integrado a um Projeto Político Pedagógico, de cuja construção também participa, assegure o diálogo com o coletivo da escola, redimensionando as relações que no âmbito desta se processam, resgatando, ao mesmo tempo, a preocupação social do jovem e seu compromisso para com os interesses da maioria da população e para com os de sua própria categoria.

Ainda no ano de 2014, antes do término do período letivo, foi lançada a ideia numa reunião da Equipe Diretiva e após reunimos os líderes e vice-líderes do 6º ao 9º ano e alguns alunos interessados para discutirmos a possibilidade de criarmos o Grêmio Estudantil. Como estávamos no final do ano letivo e tínhamos poucos alunos na Escola deixamos para continuar e realizar os trabalhos no início do ano letivo de 2015.

Após reuniões e conversas realizadas em 2014 p/ discussão e apropriação do PI, o retorno às atividades de 2015, possibilitaram a troca de ideias sobre a criação do Grêmio Estudantil e foi organizado um pequeno questionário com 4 perguntas para sabermos o que os alunos conheciam sobre o Grêmio Estudantil e do interesse deles em participar.

Foram consultados 57 alunos e o resultado foi o seguinte: 43 alunos disseram saber o que é um Grêmio Estudantil, apenas 9 conheciam outras escolas que tinham Grêmio Estudantil, 55 acharam importante termos o Grêmio Estudantil da Escola e 33 gostariam de participar do Grêmio.

Na reunião da Equipe Diretiva planejamos os encontros dos segmentos e decidimos convidar uma pessoa com experiência para mostrar o funcionamento do Grêmio Estudantil e despertar o interesse dos alunos em participar. Porque segundo Comerlato (2013) é necessário que toda a comunidade escolar, por meio de associações, de espaços coletivos, lute para a efetivação desse direito, pela ampliação da consciência em relação a esse princípio, enquanto mola propulsora do exercício da democracia.

Na reunião da Equipe Diretiva com Professores e Funcionários no início das atividades do ano letivo de 2015 foi apresentada a proposta de criar o Grêmio Estudantil, que foi aceita por todos os presentes e acharam importante ter esta entidade que representa os alunos na escola. Foi solicitada a participação e colaboração de todos para motivar os alunos. Pois na gestão democrática devemos

ter em mente a missão e o papel de cada segmento na escola, por isso, devemos construir espaços democráticos como Grêmios Estudantis.

Após foi reunido os alunos com a equipe diretiva e professores, quando foi convidado o Sr. Ticiano Marins, que tem um trabalho com Grêmios Estudantis e UGES, para conversar com os alunos e motivá-los a participar, mostrando que é importante o envolvimento, o comprometimento e a participação efetiva dos alunos, através do Grêmios Estudantis. Houve interesse e participação dos alunos através de perguntas sobre como era o trabalho dele com os estudantes e quais as experiências que ele teve.

Nesta reunião foi formada uma comissão provisória de 08 alunos que juntamente com o vice-diretor Prof. Geraldo fizeram reuniões sistemáticas para ler e debater a Cartilha de Formação de Grêmios Estudantis que foi organizada pela UEES (União dos Estudantes de Encruzilhada do Sul) que trata de vários assuntos relacionados a Grêmios Estudantis (a importância do movimento estudantil e como ele é em nossa cidade, como criar um Grêmios Estudantis, carteira estudantil, democracia participativa e cidadania, legislação e estatutos do Grêmios Estudantis). Todos esses assuntos foram tratados nas reuniões semanais, em turno oposto ao que os alunos estudam e estão registrados nas atas em livro próprio. Eles demonstraram grande interesse e participaram ativamente das reuniões que foram realizadas. O processo está um pouco lento e atrasado de acordo com o previsto, pois após o recesso de julho, tivemos 15 dias sem aulas por problemas no transporte escolar no município e as chuvas que foram constantes por vários dias.

Foram realizadas reuniões para formar o Estatuto do Grêmios Estudantis que será levada para assembleia dos alunos. Nesta assembleia os alunos puderam aprovar ou fazer ressalvas, além de organizar a eleição da primeira no final de mês de novembro.

O Grêmios Estudantis é uma associação política e o direito de associação está assegurado tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos como na

Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 1º, parágrafo único, que afirma: "Todo poder emana do povo e será exercido por seus representantes eleitos ou, diretamente, nos termos desta constituição". Esse dispositivo define que o modelo democrático brasileiro deixou de ser apenas representativo, para tornar-se participativo, ou seja, está dado à população brasileira o direito constitucional de participar da formulação nas políticas públicas e de controlar as ações governamentais em todos os níveis por meio de suas organizações.

A partir do texto constitucional, vários dispositivos foram criados, como forma de incentivo à participação, como os diferentes conselhos e órgãos colegiados, principalmente na área da educação. A lei federal (Lei nº 7398, de 04 de novembro de 1985) e a lei estadual (Lei nº 8.661, de 28 de junho de 1988), em Anexos, fazem parte desse conjunto. Também a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 53º inciso IV) garante o direito dos estudantes de se organizar e participar de entidades estudantis.

Percebe-se que a há uma vontade e interesse dos alunos em participar e criar atividades no espaço da escola, basta que seja dada esta oportunidade e uma orientação necessária para eles realizarem algum trabalho.

Não se deve apenas permitir a participação, devendo sim, ser uma participação para a tomada de decisão e não para chancelar as decisões já tomadas. Isto significa uma gestão a serviço de uma concepção de educação mais dialógica e democrática, cumprindo a função social da escola numa perspectiva de uma escola autônoma e cidadã.

Com tudo isto, queremos realizar a materialização dos preceitos legais que estabelece a democratização nas escolas públicas.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Acredito ter dado início à implantação de uma nova forma de gerir a escola democrática preconizada pela Escola de Gestores da Educação Básica, sempre considerando que o Projeto Político Pedagógico da escola deve ser o principal instrumento a servir de base para todas as nossas ações.

Movido pelo comprometimento com a educação e pela crença de que todas as nossas ações precisam ter essencialmente a intencionalidade de construir uma nova escola para os alunos das classes populares, procurei ampliar a participação da comunidade na gestão da escola e, sobretudo, aprofundar as discussões sobre a criação e importância do Grêmio Estudantil na escola.

Ao analisar as ações desenvolvidas, constatei que muitas delas alcançaram satisfatoriamente os objetivos a que nos propusemos, apesar de não termos concluído todo o processo.

Durante este ano, pretendemos dar continuidade a todas as ações que contribuíram para a construção de uma escola mais democrática e participativa, além de intensificar a realização de diversas atividades e buscar parcerias com instituições locais.

Pretendemos ainda:

- propor a realização de gincanas culturais e recreativas na Semana do Estudante e Semana da Criança;
- propor competições esportivas em momentos específicos do calendário de atividades;
- revitalizar o Projeto Cinema na Escola, visto que agora temos uma tela de projeção e projetor de multimídia;
- promover visitas a cidades turísticas para que os alunos possam conhecer outras realidades;

- organizar debates sobre assuntos de interesse dos alunos com temas próprios à cultura e vida cotidiana dos jovens;
- identificar os alunos com a Carteira Estudantil para trazer-lhes benefícios;
- buscar sempre o apoio e a presença dos pais, professores e funcionários nestas atividades.

Para a democratização da gestão escolar verificou-se que é de vital importância a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar. Que possam sentir-se ativos e valorizados, sendo estes o grande suporte do gestor nas tomadas de decisões.

E neste sentido, o papel do Grêmio Estudantil é relevante, pela sua atuação e compromisso.

Em última análise, considero que a partir do Plano de Intervenção abordado neste trabalho, foi possível estabelecer uma nova proposta para o aprimoramento de nossa escola e despertar na comunidade, alunos e nos demais envolvidos no processo educacional o comprometimento com as mudanças necessárias para a construção da escola democrática, solidária e cidadã que perseguimos, com a participação de um Grêmio Estudantil atuante.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. (Org.) **Da Escola Carente à Escola Possível**. 4.ed.São Paulo: Edições Loyola, 1997.

BRASIL, **Cartilha de Formação de Grêmio Estudantil**. UEES, 2011.

BRASIL, **Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1988. 21. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei 9.394/96. Rio de Janeiro:1996.

BRASIL, **Lei Estadual nº 8.661, de 28 de junho de 1988**. Porto Alegre, RS: Palácio Piratini, 1988.

BRASIL, **Lei Federal nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1985.

COMERLATTO, Luciani Paz . **A Gestão da educação na sociedade capitalista**. Porto Alegre: UFRGS, 2013

COSTA, Antonio Carlos Gomes da.**Tempo de servir:o protagonismo juvenil passo a passo: um guia para o educador**. Belo Horizonte: Editora Universidade, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?**, **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n. 123, Set/Dez 2004.

FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.. **Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio.** *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 34, n. 122, 2004.

FREITAS, Lorena. **A Instituição do Fracasso, Jessé Souza - A Ralé Brasileira**, Capítulo 12, p. 281 a 304, 2009.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, (Guia da Escola Cidadã; v.1), 2004.

GOMES, Antônio Carlos. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

HAJE, S.A.M. **Qual a Escola que Interessa às Camadas Populares? Estudo de uma Experiência no Bairro do Bengui, em Belém-PA**, 1992.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo, Ática, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.31, p. 443-466, set/dez.2005.

UNICEF/ INSTITUTO AIRTON SENNA/ FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Adolescentes e Jovens do Brasil: Participação Social e Política**. 2007.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VIEIRA, Evaldo. **A Política e as Bases do Direito Educacional**. *Cadernos CEDES* Vol. 21 Nº 55. Campinas, Nov.2001.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ANEXOS

ANEXO A – Lei Federal nº 7.398, de 4 novembro de 1985



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985.

Mensagem de veto

Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e em sanciono a seguinte lei:

Art . 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

§ 1º - (VETADO).

§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembléia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 3º - A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art . 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art . 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 04 de novembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY
Marco Maciel

ANEXO B – Lei Estadual nº 8.661, de 28 de junho de 1988

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Sistema LEGIS - Texto da Norma

LEI: 8.661

LEI Nº 8.661, DE 28 DE JUNHO DE 1988.

Estabelece o princípio da livre organização dos grêmios estudantis nos regimentos escolares.

PEDRO SIMON, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 66, item IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Os regimentos escolares respeitarão a livre organização e o livre funcionamento dos grêmios estudantis como entidades de representação e organização dos estudantes de 1º e 2º graus de ensino.

Parágrafo único - Os estatutos dos grêmios estudantis serão aprovados por decisão soberana dos alunos, em assembléia geral.

Art. 2º - São declaradas insubsistentes as disposições de regimentos escolares que estejam em desacordo com esta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 28 de junho de 1988.

APÊNDICE – Instrumento de coleta de dados sobre a criação do grêmio estudantil**Escola Municipal de Ensino Fundamental Adão Freitas Fonseca**

1. Você sabe o que é um Grêmio Estudantil?

() Sim () Não

2. Você conhece alguma escola onde tem o Grêmio Estudantil?

() Sim () Não

3. Você acha importante termos o Grêmio Estudantil em nossa escola?

() Sim () Não

4. Você gostaria de participar do Grêmio Estudantil?

() Sim () Não

Assinatura (se quiser)